

Autoria e cultura na pós-modernidade

Irati Antonio

Quem é cada um de nós senão uma combinação de experiências, de informações, de leituras, de imaginações?

Italo Calvino

1. A noção de autor exerce um papel importante na produção cultural em todo o período da modernidade, uma herança que começou a ser forjada desde a invenção da escrita, passando pelo desenvolvimento das técnicas de impressão tipográfica e pelo estabelecimento de um mercado editorial. O projeto da modernidade cobre pelo menos 200 anos da cultura ocidental, aparecendo no século XVIII e firmando-se no século XIX, momento em que a divisão social do trabalho e a especialização da ciência e da arte levam à segmentação de atividades que antes podiam ser exercidas por uma mesma pessoa. “Essa diversidade num só homem, essa uni-versidade, torna-se cada vez mais árdua”, na medida em que o projeto dos iluministas “firma os campos distintos em que o pensamento e a ação poderiam exercitar-se: a fé de um lado, a verdade (da ciência) de outro” (Coelho¹, p. 20).

É nesse período que “a noção de autor constitui o momento forte da individualização na história das idéias, dos conhecimentos, das literaturas, na história da filosofia também, e na das ciências” (Foucault², p. 33). O autor, assim, representa a realização do projeto da modernidade por meio da unicidade do sujeito e da sua obra, da sua unidade estilística, da sua coerência conceitual e até mesmo por sua originalidade. Esses aspectos servem para comprovar a autenticidade do discurso, e foram tão solidamente estabelecidos na cultura que ainda hoje são aplicados em grande medida tanto pela crítica literária, como, sobretudo, pelas instâncias de

avaliação científica. É possível identificar nesses aspectos os ideais da modernidade, como universalidade, harmonia, a idéia da existência de idéias únicas, a verdade e a razão.

A construção desse autor está ligada ao interesse principalmente religioso (da igreja cristã) de conferir um determinado valor e uma ordem particular a um discurso, com o propósito de institucionalizá-lo, transformando-o em um discurso competente, na forma usada por Marilena Chauí³, quer dizer, aquele que é permitido ou autorizado segundo determinados cânones. Dessa forma, o nome do autor outorga um certo estatuto ao discurso, à obra, conferindo-lhe autenticidade (o discurso é real, verdadeiro), distinção (o discurso tem valor, é especial, importante) e permanência (o discurso conservar-se, fixa-se para a eternidade), assegurando “uma função classificativa; um tal nome permite reagrupar um certo número de textos, delimitá-los, selecioná-los, opô-los a outros textos” (Foucault², p. 44-5).

Outro aspecto importante da autoria está ligado à questão econômica e social, principalmente a partir do século XIX, quando “o autor se converte em produtor para o mercado” (Beiguelman⁴). É a esse aspecto que se relaciona o direito de autor, ou seja, protegendo os seus interesses econômicos. Para tanto, através do Estado, estabeleceu-se um contrato jurídico que pudesse regular tais interesses e os conflitos advindos deles.

Direito autoral diz respeito, portanto, à propriedade intelectual ou artística sobre obras ou produtos. Basicamente, é o direito legal do autor ou criador de uma obra a controlar a reprodução e a distribuição dessa obra. Esse direito pode ser exclusivamente do autor, que pode também vendê-lo ou licenciá-lo a editores ou outros. É desse aspecto que tra-

Resumo

Trata da noção de autor, abordando a formação e as funções que a autoria desempenha na modernidade e na pós-modernidade.

Palavras-chave

Autoria; Direito autoral; Cultura pós-moderna.

ta a legislação da área, no Brasil, a Lei 9 610 de 19 de fevereiro de 1998. Reproduzir uma obra de qualquer natureza (inclusive em formato eletrônico) sem a permissão do detentor do direito autoral é um ato ilegal, passível de sanções.

A autoria também está relacionada à questão ética, que vai da criação em si de uma obra ao direito inalienável “do reconhecimento dos direitos morais do autor (ter seu nome associado à sua obra)”, ou seja, o direito a receber crédito por sua produção, que se aplica a qualquer forma de expressão, inclusive à Internet. “Esses são conceitos consagrados em nosso ordenamento jurídico, seja pela Constituição Federal, seja pela lei ordinária, convenções, tratados internacionais e até mesmo pela Declaração dos Direitos do Homem” (Bannitz⁵).

Além da instauração da idéia de propriedade, para Michel Foucault², “os textos, os livros, os discursos começaram efetivamente a ter autores (outros que não personagens míticas ou figuras sacralizadas e sacralizantes) na medida em que o autor se tornou passível de ser punido, isto é, na medida em que os discursos se tornaram transgressores”. Antes disso, “o discurso não era um produto, uma coisa, um bem; era essencialmente um ato”. Por isso, a autoria não é universal, nem está presente ou é necessária em todos os discursos. “Houve um tempo em que textos literários [...] eram recebidos, postos em circulação e valorizados sem que se pusesse a questão da autoria; o seu anonimato não levantava dificuldades” (p. 47-8).

Menos para os textos científicos, que eram aceitos “na Idade Média como portadores do valor de verdade apenas na condição de serem assinalados com o nome do autor” (Foucault², p. 48-9). Essa situação modificou-se nos séculos XVII e XVIII, quando os discursos científicos passaram a ser reconhecidos se resultassem de verdades já estabelecidas e sistematicamente demonstradas, ou ainda, quando se inseriam em sistemas teóricos e metodológicos organizados. Hoje, o papel do autor é preponderante nas obras literárias, enquanto na ciência, o texto, muitas vezes, já é produto do trabalho de

pesquisa de uma equipe, no qual a autoria e as citações têm a função de permitir que seja traçada a genealogia do próprio texto e de seus autores, ou seja, permitem a verificação e a validação dos métodos empregados e dos resultados alcançados.

2. Os conceitos de autoria e dos instrumentos que regem os seus direitos fundamentam-se na idéia da individualidade e na identidade formalizada do autor e na sua (suposta) objetividade, assim como na concepção de que a obra ou a produção intelectual e artística é única, original, íntegra e permanente; na separação entre autor e obra (sujeito versus objeto); na institucionalização das relações com o Estado e com o mercado; na aceitação e na obediência aos contratos éticos, sociais e jurídicos pertinentes.

Essa herança do modo de pensar da modernidade encontra hoje muitas dificuldades e incongruências para a sua manifestação, uma vez que a própria atividade autoral passa por transformações que questionam o próprio conceito de autoria. É possível observar essas mudanças especialmente no cinema, no hipertexto e nas redes de comunicação eletrônicas, nos quais as obras são o resultado do trabalho de grupos de criadores, escritores, produtores, artistas, músicos, fotógrafos, todos autores de um filme, de textos eletrônicos, de conexões entre discursos. E mais: nessas formas de expressão, nem a produção, nem a leitura dessas obras ocorrem de maneira linear, um aspecto que se evidencia mais claramente na produção cultural contemporânea.

Enquanto na modernidade, o racionalismo impõe formas de pensar duras, na tentativa da “redução do todo ao uno mediante a eliminação das singularidades” (Coelho⁶, p. 311), na sociedade contemporânea há uma aceitação da heterogeneidade e da relatividade cultural, com seus pluralismos, ambigüidades, localismo, simultaneidade, informalidade, subjetividade, suas verdades múltiplas. O racionalismo de Kant e o absoluto de Hegel cedem, assim, lugar a formas de pensar mais livres e à flexibilização dos enunciados, que afastam o ser humano da idéia de transcendência e superioridade em relação à natu-

reza (iluminismo, racionalismo) e o aproximam da concepção do sujeito ético capaz de fazer suas escolhas, de uma maneira em que a própria vida pode se tornar uma forma de expressão e de conhecimento, ou como diz Michel Maffesoli⁷, uma obra de arte (estetização da vida), em que prevalece o desejo, o sentimento, a vontade de experimentação – inconciliáveis na modernidade.

Pensando a função do autor diante dessas questões, é admissível propor, então, “retirar do sujeito o papel de fundamento originário”, analisando-o como uma variável do discurso. Assim, o autor “é com certeza apenas uma das especificações possíveis da função sujeito. Possível ou necessária?” (Foucault², p. 70). A desconstrução da identidade do sujeito, que é estática e imutável na modernidade, sugere a constituição da idéia de identificação, como o processo de distinguir os diferentes papéis que um mesmo sujeito pode desempenhar.

Na Internet, por exemplo, cada indivíduo pode assumir várias identificações ao mesmo tempo: todos podem ser autores, agentes, produtores, editores, leitores, consumidores, de um modo em que a subjetividade de cada papel prevalece de acordo com o instante. Nesse sentido, os papéis se misturam e se confundem, distanciando-se de suas caracterizações tradicionais e colocando em discussão a reorganização desses temas. “A questão da autoria e da subjetividade se apresenta de maneira diferente em cada uma dessas esferas. Esse aspecto multifuncional é um dos dados da especificidade do ciberespaço” (Beiguelman⁴).

A obra intelectual e artística na Internet não mais se apresenta exclusivamente como a produção íntegra e perene de autores que se pode reconhecer, mas também como obra coletiva, múltipla e, freqüentemente, anônima, fragmentada, incompleta, mutante e, muitas vezes, fugaz. Aqui “prevalece uma perspectiva combinatória que, no limite, pode levar a uma certa letargia esquizofrênica e à institucionalização da barbárie intelectual”, mas que também “pode estar apontando para uma renovação cultural em que a criação artística, intelectual e científica se insere em um outro jogo de articulações”, o que “exigiria uma reflexão sobre o resguardo do patrimô-

nio intelectual numa formação cultural que pode prescindir da noção de autoria” (Beiguelman⁴).

Somam-se a isso outras características da produção intelectual gerada através de meios eletrônicos, como a informalidade das relações ali estabelecidas e experimentadas (diferentemente da institucionalização estatal, por exemplo); a antinomia, especialmente, a contestação de valores; a desobediência a regras predeterminadas e a invenção de novos códigos de conduta e de comunicação (o indivíduo que é excluído pelo macrossistema ou pelos mais variados sistemas de produção sente-se desobrigado a cumprir qualquer compromisso ou contrato social predefinido). A tendência é não haver mais modos hegemônicos de pensamento, mas tensões, conexões. O conjunto dessas manifestações indica que o fenômeno da produção cultural frente aos meios eletrônicos de comunicação não está assentado apenas em novas tecnologias, mas principalmente em um novo modo de pensar e viver, em uma nova sensibilidade.

O fenômeno do hipertexto é especialmente relevante aqui. Compreendido como redes textuais sobre um tema, ou ainda como redes de sistemas de textos, o hipertexto é uma forma de expressão particular, “a organização de segmentos de textos eletronicamente conectados em uma rede, de tal forma que o leitor possa ter liberdade de movimento” (Gaggi⁸, p. 103). Ou, em outras palavras, possibilidades de escolha. Ao determinar seu caminho, ao fazer suas escolhas, o leitor enfatiza o seu papel de sujeito, papel que pertencia sobretudo ao autor.

A imagem simbólica da rede expressa, talvez de forma utópica, a multiplicidade e a diversidade de produções, de leituras e de escolhas possíveis para o ser humano. Para Umberto Eco, a rede é “todo ponto que pode ser conectado com todos os outros pontos e onde as conexões ainda não estão definidas [...]. Uma rede é um território ilimitado”. Na expressão de Foucault, “além da sua configuração interna e sua forma autônoma”, o texto pode ser capturado em um sistema de referências com outros textos dentro de uma rede, na qual existe um número infinito de espaços e

“mundos impossíveis”. Também na rede emalhada de Abraham Moles, há espaços de criação artística, imagética, científica e pessoal (Antonio⁹, p. 77-8). A imagem da rede é bastante esclarecedora a respeito da natureza da Internet, um sistema interativo de comunicação humana, tornando possível que a criação, a publicação, a distribuição e o uso das produções culturais, científicas e artísticas ocorram de forma integrada, ao mesmo tempo, independentemente do espaço, e aproximando autores, produtores e consumidores. Os seus recursos favorecem a ampliação das possibilidades da própria produção.

Em outras palavras, essas são possibilidades de conversa (no sentido hermenêutico, forma de conhecimento), meios de favorecer as capacidades do cidadão para além da fruição, para além do consumo, em direção a uma prática cultural, envolvendo também o fazer, o contato, o uso, o refletir, a experimentação compartilhada. As mudanças são muitas e profundas: mudanças de meios, de métodos, de comportamento, de pensamento. Mudanças que geram transformações importantes no modo de vida das pessoas, alguns aspectos sofrendo total inversão de valores.

“Olhando para as modificações históricas ocorridas, não parece indispensável, longe disso, que a função autor permaneça constante na sua forma, na sua complexidade e mesmo na sua existência. Podemos imaginar uma cultura em que os discursos circulassem e fossem recebidos sem que a função autor jamais aparecesse” (Foucault², p. 70).

3. A produção científica também pode estar sujeita a essas mudanças, embora seja um pouco mais complexo percebê-las. Tradicionalmente, a publicação de literatura científica obedece a regras de conduta ética, a padrões de qualidade, a métodos científicos de pesquisa e a procedimentos editoriais reconhecidos no meio, por exemplo, os padrões internacionais para a publicação de revistas e a avaliação dos pares (*peer review*). A aplicação de todos esses instrumentos objetiva qualificar e validar o discurso científico, de forma que ele possa ser aceito e reconhecido como confiável por sua comunidade.

Em geral, os princípios e padrões editoriais nesse campo têm sido mantidos nas versões eletrônicas das revistas científicas. É esse o caso da SciELO – Scientific Electronic Library Online (<http://www.scielo.br>), em que cada revista que integra essa coleção virtual mantém sua política editorial e seu estilo individual, bem como os procedimentos de avaliação dos artigos e de outras matérias que publica. A repetição desses aspectos tradicionais no formato eletrônico dessas publicações é importante no momento em que a publicação eletrônica se desenvolve, procurando assegurar a sua confiabilidade ética e científica. Isso não significa, entretanto, que permanecerão os mesmos ou que não sofrerão transformações, visando a incorporar uma multiplicidade de métodos, padrões, estilos de apresentação e expressão etc.

Assim como as noções de autor e leitor se aproximam, e suas funções se modificam, a noção tradicional de documento também está em transformação.

Com o meio eletrônico e o hipertexto, a distinção entre revista e artigo, por exemplo, torna-se menos perceptível. As redes textuais permitem conectar textos ou partes de textos, de forma independente, sem necessariamente ter de encontrar primeiro a revista ou o livro que os contém. As implicações que advêm dessa possibilidade são um desafio e uma oportunidade para transformações enriquecedoras no processo de comunicação científica.

Ao lado do fracionamento do papel do autor e do enfraquecimento da autoria individual, na pós-modernidade emerge também a fragmentação das leituras e das vivências, em contraposição à linearidade dominante na modernidade. O hipertexto e também a literatura contemporânea, por exemplo, constituem o que Italo Calvino¹⁰ chamou de romance enciclopédia, em que a “rede de conexões entre os fatos, entre as pessoas, entre as coisas do mundo” expressa “a presença simultânea dos elementos mais heterogêneos que concorrem para a determinação de cada evento” (p. 121).

Na cultura contemporânea, assim, o que antes era um centro claramente definido, um núcleo a partir do qual resultava toda a produção cultural considerada relevante e no qual essa produção

podia ser percebida como unívoca, começa a se dividir, a se tornar difuso. O centro parece dar lugar aos nós de uma rede. Nos dias atuais, entretanto, o único princípio “que pode ser defendido em todas as circunstâncias e em todos os estágios do desenvolvimento humano é: *tudo vale*” (Feyerabend¹¹, p. 34).

A idéia é interessante e desafiadora. Não impõe, não restringe, mas abre possibilidades para a experiência do conhecimento. Nem todos os valores são os mesmos para todos, ou as sensibilidades, idênticas. “Ninguém deixa de ser autor, ou perde a proteção da lei, a cada nova forma de comunicação criada ou mídia explorada” (Bannitz⁵). Por outro lado, formas de expressão distintas requerem uma abordagem e soluções igualmente diferenciadas. A diversidade (de meios, formas de expressão, culturas) pode ser um caminho para o caos e a desorganização, entretanto, “sem caos, não há conhecimento. Sem freqüente renúncia à razão, não há progresso. [...] Não há uma só regra que seja válida em todas as circunstâncias, nem uma instância a que se possa apelar em todas as situações” (Feyerabend, p. 279).

Penso que a sensibilidade pós-moderna é uma forma de ver, de viver e de conhecer o mundo que coloca em constante confronto valores culturais e sociais diferentes, ao estabelecer relações entre concepções distintas e até mesmo contraditórias. Isso não quer dizer que a diversidade e a relativização da cultura e das formas de expressão propõem a rejeição absoluta dos valores modernos. Em vez disso, parece-me que a forma de relacionar a diferença está em pensá-la junto com o seu duplo, seu contrário, seu avesso. Assim, a diferença e o modo de relacionar valores diferentes podem desenvolver uma nova sensibilidade humana (ou gosto, como denominada na modernidade), entendida como a faculdade de experimentar, na forma proposta por Montesquieu (Coelho⁶, p. 340), da qual emergem o sujeito ético e as escolhas. É assim que o cidadão pode definir as suas conexões e escolher o seu mundo impossível.

Por isso, no mundo contemporâneo, mais que em outro tempo, a cultura é importante politicamente na medida em que possibilita um repertório de opções para o sujeito ético. A cultura contemporânea (pós-moderna) parte de uma diversidade de valores e oferece ao indivíduo, em consequência, várias escolhas. Sem escolha, não pode haver liberdade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. COELHO, Teixeira. *Moderno, pós-moderno: modos & versões*. 3. ed. rev. aum. São Paulo: Iluminuras, [1995]. 227 p.
2. FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* 2. ed. [Portugal]: Vega, Passagens, [199-]. 160 p.
3. CHAUI, Marilena. *Cultura e democracia*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1989.
4. BEIGUELMAN, Giselle. Autoria é fenômeno histórico. *Itaú Cultural Revista* [on-line], 18 dez. 1997. Disponível em WWW: [http://www.ici.org.br/revista/index.html].
5. BANNITZ, Luiz Carlos. Não se perde a proteção legal a cada nova mídia que surge. *Itaú Cultural Revista* [on-line], 18 dez. 1997. Disponível em WWW: [http://www.ici.org.br/revista/index.html].
6. COELHO, Teixeira. *Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário*. São Paulo: Iluminuras, 1997. 383 p.
7. MAFFESOLI, Michel. *No fundo das aparências*. Petrópolis: Vozes, 1996. 350 p.
8. GAGGI, Silvio. *From text to hypertext: decentering the subject in fiction, film, the visual arts, and electronic media*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1997. 169 p.
9. ANTONIO, Irati. *Informação e música no Brasil: memória, história e poder*. São Paulo, 1994. 285 p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo.
10. CALVINO, Italo. *Seis propostas para o próximo milênio: lições americanas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 141 p.
11. FEYERABEND, Paul. *Contra o método: esboço de uma teoria anárquica da teoria do conhecimento*. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989. 487 p.

Authorship and postmodern culture

Abstract

The article discusses the conception of authorship, including its formation and functions both in the modern and postmodern cultures.

Keywords

Authorship; Copyright; Postmodern culture.

Irati Antonio

Consultora, SciELO – Scientific Electronic Library On-line.

irati@bireme.br
